

## Capítulo 4

# 1980 - AS CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA

### Inflação e legitimidade política

A contenção da inflação depende da redução relativa do volume de excedente apropriado por capitalistas e tecnoburocratas ou da diminuição dos salários dos trabalhadores. Como a segunda alternativa está hoje excluída por motivos sociais e políticos óbvios, só resta a primeira. Os preços só poderão deixar de aumentar se os lucros dos empresários ativos, os aluguéis, os juros e os dividendos dos rentistas e os ordenados dos tecnoburocratas sofrerem uma redução relativa. Ora, a parca base de apoio político de que dispõe o governo hoje está precisamente nas classes dominantes, que controlam a produção excedente ao consumo necessário dos trabalhadores, ou seja, na burguesia e na tecnoburocracia. Compreende-se, portanto, por que o descontrole inflacionário, que se tornou patente em 1979, é hoje não apenas um problema econômico mas também, e principalmente, político.

Faz parte dos livros-textos elementares de Economia a afirmação de que a inflação jamais é neutra, tendo sempre efeitos sobre a distribuição de renda, os quais são geralmente concentradores. Como conseqüência lógica deste fato, a política econômica visando controlar a inflação deveria ter uma orientação política, na medida em que se preocuparia com seus correspondentes efeitos distributivos. A teoria econômica ortodoxa, entretanto, tem horror em falar em classes sociais, em lucros e

salários. Prefere limitar-se aos agregados econômicos, como renda nacional, investimento, poupança, exportações e importações, demanda e ofertas agregadas. No plano específico da política econômica de combate à inflação, sua proposta fundamental é limitar a demanda agregada, reduzindo as despesas do governo e cortando o crédito. Os eventuais efeitos distributivos dessa política são ignorados, porque ficam por conta dos mecanismos de mercado. O mercado encarrega-se do papel de intermediário entre a política antiinflacionária e seus efeitos sobre o excedente e os salários, constituindo-se assim em um véu que oculta e impersonaliza os elementos políticos da inflação.

Quando, porém, as políticas econômicas ortodoxas de combate à inflação se tornam parcialmente ineficazes, porque o mercado deixou de ser competitivo, a única alternativa viável é o governo agir diretamente sobre os preços. Se a inflação não decorre apenas do aquecimento da demanda agregada, mas passa a ter também causas “administrativas”, na medida em que as empresas oligopolistas, as empresas estatais ou os próprios sindicatos conseguem administrar seus preços com relativa independência do mercado, não há outra alternativa para o governo senão controlar ele também administrativamente (e não via mercado) os preços. Ora, controlar preços significa agir diretamente sobre lucros, juros, aluguéis, dividendos, ordenados e salários. O véu do mercado desaparece. O caráter político da política antiinflacionária torna-se transparente. O governo é obrigado a optar politicamente por penalizar o excedente, os lucros dos empresários, os juros, os aluguéis e os dividendos dos rentistas, ou os ordenados dos tecnoburocratas. Ainda dentro do excedente, é preciso optar politicamente por penalizar ou a agricultura, ou a indústria (e que tipo de indústria), ou o comércio, ou o setor financeiro. E se a opção for por penalizar os trabalhadores, ainda é possível escolher que nível de especialização e empregados em que setores.

Em síntese, a inflação e a política antiinflacionária tornam-se problemas políticos na medida em que suas causas deixam de ser exclusivamente relacionadas com desequilíbrios no mercado entre a oferta e a procura apegadas e passam a decorrer da possibilidade de certos setores se beneficiarem da elevação dos preços administrando seus próprios preços. Nesse momento não resta ao governo outra alternativa senão deixar de confiar apenas no mercado e nas políticas ortodoxas monetárias e fiscais, que agem através da administração ou controle dos preços. O

mecanismo de controle da inflação deixa então de ser o mercado e passa a ser a administração. A economia cede lugar para a política.

No Brasil, as políticas econômicas ortodoxas são claramente ineficazes, dadas as profundas imperfeições do mercado. Em situações de recessão, de estaginflação, portanto, elas podem até ser contraproducentes, na medida em que as empresas compensam suas perdas de vendas com aumentos de margem de lucro. Nas situações de relativo equilíbrio entre a oferta e a demanda, como a atual, elas devem sempre ser complementadas pela administração direta dos preços.

A experiência de combate à inflação no período 1964-66 é geralmente apresentada como um exemplo de política monetária e fiscal que acabou reduzindo a inflação, ainda que à custa de estagnação da economia naquele período. Esta análise, entretanto, é falsa. Já naquela época foram usados com grande vigor os mecanismos administrativos de preços. Apenas não foram administrados os preços das mercadorias produzidas pelas empresas, e sim os preços da força de trabalho vendida pelos trabalhadores. Com isso reduziram-se os salários, e não os lucros. E, embora os salários reais já estivessem começando a cair antes de 1964, foi a redução ainda maior dos salários o fator decisivo a limitar a pressão inflacionária. É claro que o reequilíbrio do orçamento federal, graças principalmente à elevação da carga tributária, foi também importante. Mas esta tarefa teria sido infinitamente mais difícil, se não impossível, se as empresas não pudessem compensar a elevação dos seus impostos com a redução dos salários.

Naquele momento o governo administrou preços, tomou uma decisão política. Mas esta decisão era fácil. Derrotados em 1964, os trabalhadores estavam politicamente fracos, desorganizados. Entre 1967 e 1973 os salários continuaram a cair, mas menos acentuadamente. Chegaram a estabilizar em certos momentos. Mas os preços continuaram a cair, enquanto os lucros cresciam extraordinariamente. Isto foi possível, de um lado, porque o governo passou também a administrar os preços das empresas, inclusive os juros cobrados pelo sistema financeiro, e, de outro, porque os grandes ganhos de produtividade proporcionados pelo ciclo de expansão então ocorrido permitiram que as tensões inflacionárias fossem sendo absorvidas por esses ganhos de produtividade.

Entre 1974 e 1979 procurou-se abandonar a administração dos preços e voltar às leis do mercado. Os resultados foram lastimáveis. A partir de meados do último ano, entretanto, procura-se rearticular uma política antiinflacionária baseada na administração dos preços. Mas agora não é mais possível exigir que os trabalhadores paguem a conta da política antiinflacionária, e não resta outra alternativa senão exigir das classes dominantes esse ônus. Por outro lado, não é possível acelerar ainda mais a economia e, assim, neutralizar as pressões inflacionárias com ganhos adicionais de produtividade. Pelo contrário, é preciso desaquecer a economia. O caráter político da inflação e o impasse político decorrente da necessidade de penalizar exatamente as classes que ainda dão algum apoio ao governo tornam-se evidentes. Ainda mais quando esse apoio é extremamente reduzido, como uma pesquisa recente realizada pela revista *Exame* (nº 192, 16 de janeiro de 1980) demonstrou. Entrevistados 687 empresários brasileiros, apenas 21,1% revelaram-se favoráveis ao partido governamental.

O aumento do ICM e do imposto de exportação, a redução das despesas governamentais, as limitações do crédito e mesmo a redução dos subsídios são todas políticas de desaquecimento da economia, que reduzirão lucros e salários de forma relativamente indiscriminada, através dos mecanismos de mercado. Já o tabelamento dos juros, o reforço do CIP e o tabelamento da correção das ORTN e da variação cambial são medidas de controle administrativo de preços, que penalizam especialmente os capitalistas, enquanto a lei salarial atinge os tecnoburocratas. Estas medidas são coerentes como estratégia de combate à inflação, mas deverão provocar o agravamento das tensões políticas dentro do País ao nível das classes dominantes. A esperança continua a ser uma boa safra agrícola, mas é claro que isto é muito pouco para compensar a ilegitimidade política do governo, a qual só é parcialmente compensada pelo prestígio de que goza o ministro do Planejamento junto aos empresários.

É claro que existe sempre a possibilidade teórica de se procurar fazer os trabalhadores pagarem mais uma vez a conta da inflação. Quando as tensões ao nível das classes detentoras de excedente econômico começarem a se agravar, é provável que se busque novamente esta solução. Afinal isto seria mais compatível com a determinação de classe do governo. Mas, se o êxito da primeira alternativa de política econômica é discutível, o êxito desta última é muito mais incerto, dado o alto grau de ilegítimi-

dade política em que vivemos. Em um quadro dessa natureza, os capitalistas poderão ceder os anéis para ficar com os dedos. Os trabalhadores não apenas nada têm a conservar caso cedam alguma coisa como também nem eles nem amplos setores das camadas médias consideram minimamente aceitável que isto venha a ocorrer. (27/01)

## **A produtividade, os salários e a lei**

O aumento de produtividade foi durante muito tempo a fórmula mágica que a burguesia utilizava para contornar a luta de classes; agora tudo indica que irá transformar-se no próprio foco dessa mesma luta. Especialmente nos anos 40 e 50, a produtividade era uma espécie de lema da burguesia. Aumentar a produtividade permitiria aumentar concomitantemente lucros e salários. E, ainda que estes nem sempre acompanhassem o crescimento da produtividade, cresciam o suficiente para sustentar a ideologia burguesa montada a partir do aumento da produção por trabalhador. Nos anos 60 e 70, entretanto, embora os ganhos de produtividade aumentassem ainda mais rapidamente, os salários deixaram de acompanhá-los. A taxa de mais-valia cresceu. Concentrou-se a renda. E a ideologia burguesa de que o aumento da produtividade, que afinal é o cerne do próprio desenvolvimento econômico, significava automaticamente benefício para os trabalhadores desmoralizou-se.

Agora, com a Lei 6.708, que acabava de ser regulamentada pelo governo, ao mesmo tempo que se procura devolver à produtividade seu antigo prestígio, garantindo-se ao trabalhador aumentos reais de salários equivalentes aos acréscimos de produtividade, esta é transformada no pomo da discórdia, na medida em que os trabalhadores negociarão com as empresas a taxa de produtividade.

Com esse dispositivo a lei procurou, obviamente, não apenas institucionalizar o conflito social mas também reduzir a margem de reivindicações dos trabalhadores. Se os aumentos reais da taxa de salários devem corresponder ao aumento da produtividade, a discussão em princípio deverá pautar-se pelos critérios sobre como medir esta produtividade. E, no regulamento da lei, o governo sugere, com evidente malícia, que o aumento de produtividade “diz respeito ao aumento da produção decorrente do melhor desempenho do trabalhador”. Desta forma, pretende-se limitar os aumentos salariais não aos ganhos de produtividade, como afirma a lei, mas aos ganhos de produ-  
ti-

vidade originários do maior esforço e habilidade do trabalhador, como sugere o regulamento.

Ora, limitar os aumentos salariais aos ganhos de produtividade significa congelar a relação lucro-salários. Esta política é, portanto, incompatível com a aspiração nacional por uma melhor distribuição de renda, já que a relação lucro-salários é a medida fundamental de repartição de renda em uma formação social capitalista. Por outro lado, limitar o aumento da taxa de salários à contribuição do trabalhador para esse aumento pressupõe que possa haver outras razões – especialmente a acumulação de capital e a incorporação de progresso técnico – para o aumento da produtividade e significa concentrar ainda mais a renda nas mãos dos capitalistas. Não cabe aqui a discussão teórica sobre o assunto, inclusive porque ele é estritamente irrelevante para a determinação dos salários. É indiscutível que o aumento da produtividade se deve fundamentalmente à acumulação de meios de produção acompanhada por incorporação de progresso técnico. Mas, quando se pretende que os trabalhadores recebam pelo menos aumentos salariais correspondentes ao aumento da produtividade, está-se pensando na produtividade global da economia, e não na parte da produtividade decorrente do aumento de esforço do trabalhador. Caso contrário, concentrar-se-á a renda. Os ganhos de produtividade beneficiarão prioritariamente os capitalistas através do aumento desproporcional dos lucros. E neste momento talvez seja conveniente lembrar aos eternos esquecidos que a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico não são outra coisa senão trabalho direta ou indiretamente acumulado.

Nesses termos, o aumento da produtividade não é o limite mas o mínimo que os trabalhadores deverão e poderão reivindicar nos quadros da nova lei ou apesar da mesma lei. Através da organização sindical, e dada a forte concentração de renda existente no País, eles deverão reivindicar mais do que isto.

Esse mínimo corresponde, basicamente, ao aumento da renda por habitante. Se a produtividade é produção por trabalhador, e se a força de trabalho é uma proporção relativamente estável da população, é fácil concluir que a renda por habitante é uma boa medida da produtividade global da economia. Trata-se, naturalmente, de um conceito agregado, influenciado pela variação dos termos internacionais de intercâmbio e pelas variações nos preços relativos. Mas, quando é necessário agregar bens de todos os tipos, não há outra alternativa.

Pretende-se, entretanto, que as negociações salariais sejam realizadas em termos dos aumentos efetivos de produtividade em cada setor da economia. A evolução do valor adicionado por trabalhador em cada setor seria, nesse caso, eventualmente uma boa medida de aumento da propriedade. Mas, se esta medida não é irrelevante, ela parte de um equívoco em que incidiram e estão incidindo os autores e intérpretes da lei.

Não faz sentido nem econômico nem social aumentarem-se os salários dos trabalhadores de acordo com o aumento da produtividade setorial. Não é preciso ser economista para saber que a produtividade cresce desigualmente nos diversos setores, dependendo das ondas de inovação tecnológica. Para cada bem existe uma curva de desenvolvimento tecnológico que tende, a partir de um determinado ponto, a apresentar enormes ganhos de produtividade, para, em seguida, ir tendendo à estabilização. Este mesmo bem poderá, em uma outra etapa, passar por uma nova onda de inovação. Mas o certo é que os aumentos de produtividade são necessariamente muito díspares e irregulares. Nestes termos é evidente que não faz sentido econômico ou social aumentar fortemente os salários dos trabalhadores dos setores tecnologicamente dinâmicos e deixar estagnados os salários dos trabalhadores dos setores tecnologicamente estabilizados. Do ponto de vista social é um contra-senso, uma flagrante injustiça. Do ponto de vista econômico, é simplesmente inviável, já que teria como consequência impedir que os preços relativos variassem.

A variação dos preços relativos é um fenômeno essencial em qualquer economia. Os preços das mercadorias guardam relações entre si que devem necessariamente variar através do tempo à medida que a produtividade cresce mais na produção de um determinado bem do que em outro. Aumentando a produtividade, em uma economia competitiva, o valor-trabalho da mercadoria cai, e cai seu preço; ou, em outros termos, o custo de produção cai e o preço cai. Mesmo em estruturas oligopolísticas isto tende a ocorrer apesar do efeito perturbador causado pelo poder monopolista das grandes empresas. Na hipótese absurda de que os salários crescessem rigorosamente em proporção aos aumentos setoriais de produtividade, os custos de produção deixariam de variar de acordo com o aumento de produtividade, os preços relativos se fixariam, enquanto os salários setoriais tenderiam a apresentar evoluções estranhíssimas: em alguns setores cresceriam explosivamente, enquanto em outros es-

tagnariam. E teríamos, inclusive, situações esdrúxulas como, por exemplo, a de dois torneiros mecânicos, um trabalhando em um setor industrial tecnologicamente estabilizado e outro em um setor dinâmico: o primeiro não teria aumento de salário, enquanto o segundo veria seu salário aumentar extraordinariamente.

Obviamente não é com uma simples norma jurídica que se eliminam o mercado e a lei do valor, segundo a qual o preço dos bens deve corresponder basicamente à quantidade de trabalho neles incorporada. Os preços relativos não vão parar de variar porque um legislador economicamente incompetente imaginou que os aumentos salariais pudessem ser proporcionais aos aumentos de produtividade em seus respectivos setores.

Não vejo, portanto, para os trabalhadores e para os empresários, que negociarão a partir dessa lei, e para o governo, que funcionará ou tentará funcionar como mediador, outra alternativa senão interpretar esta lei salarial e o seu regulamento de forma muito flexível quando se tratar de discutir produtividade. No contexto desta lei, a “produtividade” é fundamentalmente uma base para que os trabalhadores possam reivindicar aumentos salariais não apenas para recompor o seu poder aquisitivo corroído pela inflação e para lhes garantir o mínimo de aumento global de produtividade, correspondente ao aumento da renda por habitante, mas também para lhes permitir uma maior participação na renda. Aumentar os salários apenas de acordo com o aumento da produtividade média da economia significa manter a repartição da renda fixada. Se esta é uma alternativa socialmente inaceitável, ou politicamente inviável, dados os altos índices de concentração de renda existentes no País, é claro que os trabalhadores mais bem organizados, independentemente do aumento de produtividade ocorrido em seu setor, reivindicarão e tenderão a obter aumentos salariais mais elevados, os quais, depois, poderão repercutir favoravelmente para os setores menos organizados. (21/03)

### **As contradições da política econômica**

A política econômica que o governo vem seguindo desde meados de 1979, embora muito mais efetiva do que a anterior, está marcada por graves contradições. Nesse período, o sr. Antônio Delfim Netto assumiu o total controle da política econômica governamental, transformando-se no efetivo ministro da Economia do País. Mas ao mesmo tempo que se dedicava a um

jogo político agressivo, que lhe permitiu ocupar todos os postos e se munir dos instrumentos necessários para o exercício do poder, ele também foi delineando as bases de uma política econômica cujos resultados ainda não podem ser avaliados, mas cujas principais características já podem ser identificadas. Estas características são o conservadorismo, o intervencionismo tecnoburocrático, a competência conjuntural e a falta de uma perspectiva de médio ou longo prazo.

O atual governo, como o anterior, definiu a inflação e o desequilíbrio externo como os dois problemas econômicos fundamentais do País. Esta é uma forma hábil de desviar a atenção de três outros problemas estruturais da economia brasileira: a concentração de renda, a dependência tecnológica e a crise energética. É também uma maneira de deixar para segundo plano um problema financeiro fundamental, além da inflação e do endividamento externo, embora obviamente com eles correlacionados, que é o desequilíbrio orçamentário do Estado. Para avaliarmos a política econômica do governo, portanto, é óbvio que não podemos cair na armadilha de limitarmos nossa análise à política antiinflacionária e às tentativas de equilibrar nossa balança comercial ou de financiar nosso déficit previsto para 1980 no balanço de pagamentos.

O conservadorismo do governo não necessita ser demonstrado. O Estado brasileiro está plenamente identificado com a acumulação capitalista. O êxito de sua política econômica não é medido pela elevação do nível de vida dos trabalhadores, mas pela continuidade e expansão da acumulação privada. Esta é a regra nas formações sociais em que a classe dominante é a burguesia. Desafiar essa regra, ainda que limitadamente, é sempre muito arriscado. Certamente não é objetivo do governo Figueiredo. Não há nenhuma política econômica de efetiva distribuição de renda neste país. Não há uma reforma tributária em marcha, não há uma reforma agrária em andamento. A política salarial, através da nova lei aprovada pelo Congresso, limitou-se a impedir que os salários percam poder aquisitivo, mas não implicou nenhuma redistribuição de renda entre lucros e salários. Procurou, isto sim, reduzir o leque salarial. Em qualquer hipótese foi uma conquista dos trabalhadores, ainda que estes não lhe emprestassem seu apoio, e constituiu-se em uma óbvia estratégia governamental de redução da tensão social.

O conservadorismo do governo, entretanto, não é um conservadorismo economicamente liberal, do tipo que prevaleceu

entre 1974 e 1979, sob a égide do ministro Mário Henrique Simonsen, mas um conservadorismo tecnoburocrático. E é, aliás, exatamente neste ponto que reside a superioridade da política econômica atual sobre a anterior. Delfim Netto adota uma política de claro – ainda que limitado – intervencionismo estatal, que é muito mais compatível com a realidade do capitalismo monopolista de Estado ou capitalismo tecnoburocrático brasileiro do que a política econômica monetarista, neoclássica, ortodoxa, economicamente liberal (são todos sinônimos) do seu antecessor.

A competência conjuntural da atual política econômica reside exatamente nesse ponto, especialmente no que diz respeito ao combate à inflação. Sem recusar os instrumentos de caráter monetário, que obviamente também são válidos, o governo adota ao mesmo tempo instrumentos administrativos, tecnoburocráticos, de intervenção do Estado na determinação dos preços e, portanto, do lucro privado.

As medidas de política econômica fundamentais que o governo adotou até o momento foram orientadas no sentido de combater a inflação. A maxidesvalorização, embora possa ter também um efeito positivo sobre as exportações, especialmente de manufaturados, visou principalmente reequilibrar em parte o orçamento financeiro do Estado, na medida em que eliminava subsídios e criava um novo imposto. Trata-se de uma política ortodoxa de combate à inflação na medida em que contribui para a redução dos meios de pagamento ao retirar recursos que estavam fluindo para o mercado (a referida eliminação dos subsídios a exportações e a criação do imposto de exportação) e os transfere para os cofres do Estado, esterilizando-os, até certo ponto.

Mas a política monetarista do governo está longe de ser radical. As restrições de crédito, ainda que efetivas, são por enquanto moderadas. Não foi ainda provocada uma efetiva crise de liquidez. O governo ainda não embarcou em uma política de recessão econômica, ficando, por enquanto, em um meio-termo instável, entre a desaceleração e a expansão. Suas declarações oficiais sempre negam qualquer política recessiva. O fato de o orçamento monetário aprovado no início de março ter um caráter restricionista, limitando a 50% o aumento dos meios de pagamento (o que implicaria uma inflação de 45% em 1980, admitido 5% de aumento real do produto interno), obviamente não é significativo. Este limite não foi estabelecido para ser cumprido,

mas para causar um “efeito psicológico” favorável. E, de fato, não apenas o crédito não foi fortemente afetado como também os investimentos públicos, ainda que mais bem controlados, ao que tudo indica estão sendo mantidos em um nível satisfatório.

A manutenção do investimento público, aliás, é coerente com a recusa a uma política de recessão suicida. E torna-se coerente com a política global de combate à inflação na medida em que a política monetária e fiscal do governo é completada por controle administrativo de preços: preço das mercadorias, preço do dinheiro e preço da força de trabalho. Estas medidas, apoiadas na criação e no fortalecimento da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, no estabelecimento de um redutor para a taxa de juros, no tabelamento antecipado da correção monetária e na nova lei salarial, partem do pressuposto de que a economia brasileira é não apenas fortemente oligopolizada, na medida em que poucas grandes empresas controlam a produção de cada um dos principais bens e serviços, mas também cartelizada, já que essas empresas estabelecem livremente acordos de preço. Neste quadro, em que as empresas podem aumentar suas margens quando são ameaçadas por redução de vendas e capacidade ociosa, é claro que uma política recessiva é insuficiente ou extraordinariamente custosa em termos econômicos e sociais. Delfim Netto já diagnosticou a inflação em 1967 como sendo de caráter administrativo. Agora, ainda que as circunstâncias sejam diversas, a inflação continua tendo um componente administrativo, e sua política econômica reconhece inteligentemente este fato.

Entretanto, uma política efetiva de administração dos preços das mercadorias através do CIP e do preço do dinheiro através do tabelamento dos juros e da correção monetária é também uma política de controle dos lucros. No caso presente, será uma política que, se levada adiante, deverá ter como consequência a baixa da taxa de lucro. Se estivéssemos em uma recessão, como ocorria no início de 1967, uma política de controle de preços não implicaria necessariamente baixa da taxa de lucro. Pelo contrário, esta poderia até aumentar se fosse combinada com a reativação da economia. Mas este não é o caso atual. A economia continua razoavelmente aquecida, a taxa de lucros, alta. Administrar preços significa baixar a taxa de lucros.

Nesse quadro, o intervencionismo tecnoburocrático do governo torna-se essencial. É preciso baixar a taxa de lucros, sem outra compensação a não ser o velho argumento, ao qual a bur-

guesia muitas vezes é sensível, de que é melhor irem-se os anéis e ficarem os dedos. Mas a baixa da taxa de lucro não pode ou não deve resultar em queda dos investimentos. Como a taxa de acumulação privada certamente baixará, a única solução é manter e mesmo aumentar moderadamente o investimento público, apesar de todo o discurso antiestatizante da burguesia.

Definem-se, assim, as duas contradições fundamentais em que está imersa a política econômica governamental. A primeira contradição está no fato de que, embora se trate de um governo conservador, a serviço da acumulação privada, o controle de preços e a conseqüente redução da taxa de lucros (já que não é possível ao mesmo tempo aquecer a economia) são condições essenciais para o combate à inflação. A segunda contradição deriva da primeira: reduzindo-se a taxa de lucro, a tendência será a redução da taxa de acumulação privada e a recessão econômica que implicará redução ainda maior na taxa de lucro, além de graves problemas de desemprego; como esta alternativa é obviamente inaceitável, não resta outra solução senão aumentar o investimento público, que se torna, assim, mais uma vez, condição ou garantia da acumulação privada. Haveria, naturalmente, uma válvula de escape para estes impasses, que seria a redução da taxa de salários, mas esta alternativa não é hoje nem política nem legalmente viável.

A política de combate à inflação do governo, portanto, está basicamente correta, embora marcada por profundas contradições. Já em relação ao gravíssimo problema do endividamento externo e do desequilíbrio da balança de pagamentos pouco foi até agora feito, a não ser a correta política de estímulo à agricultura. Já vimos que a maxidesvalorização terá efeitos reduzidos nesta área. Por outro lado, previsões otimistas sobre o desempenho de nossas importações e exportações não resolverão dificuldades. Na verdade, é preciso admitir que não existem soluções fáceis a curto prazo para resolver um problema de caráter não conjuntural mas estrutural, como é o desequilíbrio externo.

Mas é exatamente neste ponto da ausência de uma perspectiva de longo prazo, estrutural, que encontramos a grande limitação da política econômica governamental, mesmo se analisada de um ponto de vista conservador e tecnoburocrático. O ministro do Planejamento, talvez aqui pagando tributo à sua formação originalmente neoclássica, está entre aqueles que acreditam que o longo prazo é o somatório do curto prazo. Esta

crença provavelmente ajuda a explicar a inexistência de uma política clara de longo prazo para a economia brasileira. Mas é certo que as contradições econômicas e sociais presentes na formação social brasileira, das quais a política econômica do governo é resultante, são as responsáveis fundamentais por essa falta de uma perspectiva de longo prazo. A política tecnológica continua engatinhando, condicionada por nossa dependência das empresas multinacionais. A política energética dá seus primeiros passos, mas ainda muito hesitante, porque temerosa de optar por uma participação estatal maior. O desequilíbrio externo não encontra solução seja porque não conseguimos substituir o petróleo, seja porque não adotamos uma clara política industrial orientada para a produção de bens de salários, com baixo coeficiente de importações.

Essa, aliás, é a solução a longo prazo mais importante para o desequilíbrio externo. Enquanto não deslocarmos a produção industrial dos bens de consumo de luxo para os bens de capital e para os bens de salário, ao mesmo tempo que continuamos a estimular exportações, não conseguiremos encaminhar o problema do desequilíbrio externo. Mas esta reorientação tem como condição essencial uma melhor redistribuição da renda, obviamente contraditória com a posição conservadora do governo.

A política econômica governamental, ainda que conduzida com inegável inteligência, energia e habilidade pelo ministro Delfim Netto, encontra-se, portanto, imersa em graves contradições, que, a rigor, só poderão ser resolvidas se a economia brasileira superar a crise em que se encontra e entrar em um novo ciclo de expansão. Para isto, entretanto, as leis do mercado ou as condicionantes dos interesses de classe parecem ainda ser mais importantes que a capacidade de intervenção do Estado. Esta já é grande, dado o caráter fortemente tecnoburocrático da formação social capitalista brasileira. Por isso a política econômica talvez pudesse contrabalançar ou neutralizar em parte o ciclo, se não fosse tão conjuntural e se não estivesse tão subordinada aos interesses da burguesia. Para isto, entretanto, seria necessário que o atual governo possuísse uma autonomia relativa, que efetivamente já não possui mais depois de cinco anos de crise. De fato, se não bastassem os problemas reais que enfrenta e as limitações e os compromissos dos seus membros, é preciso ainda considerar a crise de legitimidade política em que o governo brasileiro se encontra imerso, a qual tende a imobilizá-lo ou a torná-lo ainda mais dependente dos interesses hoje confusos e contraditórios das classes dominantes. (05/06)

## A imobilização do Estado

A imobilização do Estado é hoje o obstáculo fundamental que a sociedade brasileira enfrenta para resolver seus três problemas financeiros básicos – o endividamento externo, o déficit do orçamento monetário e a inflação. O Estado brasileiro, por motivos de ordem econômica e política, foi sendo reduzido paulatinamente à imobilidade nos últimos anos. Exatamente no momento em que as dificuldades se avolumavam, tornando necessária e urgente uma política econômica que restabeleça o equilíbrio financeiro no País, o Estado perdia raio de manobra, suas ações deixavam de ter o mínimo de autonomia e operacionalidade necessárias para produzirem efeitos.

A ineficácia da política econômica governamental transporece a cada momento. O governo aumenta impostos, mas em seguida é obrigado a recuar; ameaça cortar subsídios, mas os mantém; dá ênfase ao controle administrativo dos preços via CIP, mas é desautorado ou acaba concedendo aumentos de preços que apenas oficializam a inflação; tabela juros, mas as instituições financeiras contornam o tabelamento; estabelece limites para as importações, mas estas continuam a crescer. Por outro lado, o governo estabelece limites para a elevação dos empréstimos bancários, para a correção monetária e para a correção cambial, mas ninguém acredita que os limites serão cumpridos. Da mesma forma faz previsões sobre o equilíbrio da balança comercial que os fatos de cada dia se encarregam de desmentir.

Esta imobilidade do Estado brasileiro torna-se ainda mais dramática na hora atual quando se desenham duas alternativas para se enfrentar a crise: ou a solução estrutural-administrativa de controlar os preços e as importações através da intervenção do Estado, ao mesmo tempo que se procura manter a taxa de crescimento da economia, ou a solução neoclássica ou monetarista de deixar que o mercado “controle” os preços e as importações através de uma recessão econômica.

Nenhuma das duas alternativas tem êxito assegurado, mas é certo que a segunda seria muito mais dolorosa para todos: burguesia, tecnoburocracia (camadas médias recebendo ordenados) e trabalhadores. Provocaria falências, desemprego, redução indiscriminada de lucros, ordenados e salários. E, a não ser que a recessão fosse extremamente profunda, é provável que não resolvesse o problema da inflação, dado o alto componente de custo ou administrativo da inflação brasileira. Seu sal-

do final seria, sem dúvida, uma redução relativa nas importações, mas a custos elevadíssimos, que a tornam politicamente inviável.

A solução alternativa, que vem sendo parcialmente testada desde que o ministro Delfim Netto assumiu o Ministério do Planejamento, em agosto de 1979, também não tem seu êxito assegurado. Está baseada no controle administrativo dos preços e em uma modificação no perfil da oferta e da demanda que privilegie o setor exportador e o de energia e penalize a produção de consumo de luxo. Provavelmente será necessário acompanhá-la de medidas moderadas, mas firmes, de controle monetário, de aumento da carga tributária e de diminuição de despesas. Mas essas medidas, que vêm sendo tentadas, deverão evitar o desencadeamento da crise, ao mesmo tempo que se procure, sob todas as formas, aumentar os controles administrativos sobre os preços, os juros, o câmbio e as importações. Alguns setores deverão ser considerados prioritários – a agricultura, os insumos básicos, a energia, os bens de consumo popular com baixo coeficiente de importações –, enquanto outros terão de ser necessariamente sacrificados, condenados a recessão: produção de automóveis, de eletrodomésticos, de aparelhos de som, de bens de consumo de luxo em geral, com alto coeficiente de importações.

Já controlar o crédito, provocar uma crise violenta de liquidez, aumentar impostos, cortar investimentos públicos são medidas politicamente difíceis em um país como o Brasil, mas economicamente muito mais fáceis do que controlar administrativamente preços, juros, salários, ordenados, câmbio, importações, estas últimas constituídas em grande parte por produtos essenciais. A solução neoclássica prevê a intervenção do Estado, mas deixa afinal que os mecanismos de mercados se encarreguem de provocar os ajustamentos. Por isso é mais fácil. A solução estrutural-administrativa implica intervenção do Estado em todo o processo. O mercado não é eliminado mas seu papel regulador é diminuído na medida em que os diversos tipos de preço estão controlados. É possível através dela reequilibrar a economia sem o recurso à recessão, mas é claro que exige por parte dos formuladores e executores da política econômica não apenas competência mas também autoridade efetiva. A superação da crise econômica brasileira sem recessão, portanto, é uma solução eminentemente administrativa, que exige um amplo raio de manobra para o Estado, que demanda uma grande autonomia e efetividade para a política econômica governamental.

Ora, nos últimos anos a autonomia e a efetividade da política econômica do Estado só têm diminuído. Na verdade, a política econômica foi deixando de ser exógena e passou a ser endógena. Ou, em outras palavras, a política econômica deixou de ser o produto de formulação relativamente livre dos governantes, que se situariam até certo ponto fora do sistema econômico, como terapeutas que cuidam de um paciente, e passou a ser a resultante estrita das pressões políticas e das limitações econômicas geradas no próprio sistema. É claro que uma política econômica nunca é plenamente livre. Ela é sempre o resultado das lutas de classe, e tende sempre a refletir os interesses da classe dominante. Mas, ainda que condicionada, a política econômica pode ser relativamente exógena, na medida em que os governantes conseguem formulá-la e torná-la efetiva com razoável liberdade. Ora, no Brasil, nos últimos cinco anos, a política econômica perdeu autonomia, tornou-se endógena, e o Estado imobilizou-se.

Este fato está relacionado a fatores de ordem econômica e política. No plano econômico os próprios desequilíbrios financeiros foram reduzindo a margem de manobra do Estado. Na medida em que o endividamento externo se agravava, que as distorções econômicas internas implicavam subsídios governamentais crescentes e crescente endividamento do Estado, que a inflação se acelerava, é claro que a autonomia da política econômica ao próprio Estado se reduzia fortemente. O desequilíbrio orçamentário do Estado e o endividamento externo limitam obviamente a capacidade deste de administrar efetivamente a crise, produzindo-se assim uma situação dialética. De um lado, a crise imobiliza o Estado e, de outro, a imobilização do Estado impede a solução da crise.

Esta transformação da política econômica em um processo endógeno e inefetivo, entretanto, tem também causas políticas. Elas estão relacionadas diretamente com a perda de representatividade da classe dominante e de credibilidade do atual governo e com a decorrente perda de autoridade do próprio Estado. De fato, entre 1964 e 1974 o sistema político autoritário instalado no País era inteiramente representativo da burguesia, das empresas multinacionais e da própria tecnoburocracia civil e militar. A partir, entretanto, do momento em que a burguesia, no início de 1975, decide romper seu pacto político com a tecnoburocracia, iniciando a campanha contra a estatização, que depois se transforma em campanha pela redemocratização, o tripé econômico

e político de 1964 entra em colapso. Um processo de abertura política, ainda que limitado, efetivamente tem lugar. Esta é a grande conquista popular desse período, mas a liderança do processo cabe à média e à alta burguesia. Em conseqüência, o Estado perde autonomia, a tecnoburocracia estatal é acusada de autoritária e de incompetente, sofre uma ampla campanha de descrédito por parte da burguesia, que pretende maior poder político. Em nome da democracia, que se transforma, neste caso, em plataforma da política da burguesia, o Estado e a tecnoburocracia, que são, de fato, os agentes fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro desde os anos 50, são sumariamente condenados.

Em sua campanha contra a estatização, a burguesia esquece que o aumento da intervenção do Estado na economia fora feito principalmente em benefício da acumulação privada. Continua a contar com o Estado para a solução de todos os problemas econômicos do País. Mas ao mesmo tempo, e contraditoriamente, pretende reduzir o dispêndio do Estado, sobretudo os gastos em investimentos, e procura limitar a ação reguladora deste através da política econômica, em defesa da iniciativa privada contra os fantasmas do estatismo e do socialismo.

É fácil perceber que nestas condições a falta de representatividade e, conseqüentemente, de autoridade do governo se aprofunda imobilizando o Estado. Se a este fato se soma também a pura e simples perda de credibilidade dos governantes, é claro que a imobilização do Estado assume gravidade excepcional.

Um problema fundamental que a sociedade brasileira hoje enfrenta é o de desmobilizar o Estado e o de devolver-lhe capacidade de tornar efetiva sua própria política econômica. Para isto será necessário que a tecnoburocracia estatal recupere parte da autonomia relativa que dispunha da definição da política econômica. Mas isto só será possível na medida em que o processo de redemocratização se complete, permitindo o surgimento de um governo efetivamente legítimo e merecedor de crédito. Nos quadros do atual governo será muito difícil desenvolver uma política econômica efetiva. O que se pretende é maior autoridade para o Estado, especialmente porque no momento presente esta autoridade não está na dependência da força mas da representatividade e, mais genericamente, da legitimidade dos governantes junto a uma sociedade civil, que ela própria se democratiza, na medida em que as camadas médias e os trabalhadores alcançam maior poder. (28/06)

## O Brasil se endividou para importar coisas inúteis para os trabalhadores

O Brasil é um país cheio de dívidas. No fim do ano a dívida externa brasileira atingirá 40 bilhões de dólares, ou, se quisermos falar em moeda nacional, quase 800 bilhões de cruzeiros. Por outro lado, o Brasil terá créditos no exterior, reservas em dólares depositadas nos bancos fora do País, de aproximadamente 10 bilhões de dólares. Portanto, nossa dívida externa líquida, descontado o que devemos lá fora, será de 30 bilhões de dólares ou 600 bilhões de cruzeiros. É dinheiro para valer!

Um trabalhador brasileiro cujo salário seja um pouco maior do que o salário mínimo, ganhará por ano mais ou menos 20 mil cruzeiros. Pois bem, se todo o salário desse trabalhador fosse usado para pagar a dívida externa do Brasil, ele precisaria trabalhar 30 milhões de anos. Ou então seriam precisos 30 milhões de trabalhadores entregando todo o seu salário para que a dívida pudesse ser paga em um ano. No Brasil, o número de trabalhadores ativos é pouco maior do que 30 milhões.

Mas essa comparação talvez não seja a melhor forma de avaliarmos o significado da dívida externa brasileira. Mais importante é saber duas coisas: primeiro, se a dívida nos deixa nas mãos dos credores, dependendo deles, sempre ameaçados de falência; segundo, se o dinheiro que o Brasil tomou emprestado foi bem empregado.

Vejam os primeiro ponto. Uma dívida é perigosa quando podemos ter dificuldade em pagá-la. É claro que os 40 bilhões de dólares não precisam ser pagos em um dia, e é certo que temos os 10 bilhões de reservas. Mas mesmo assim, precisamos, neste ano de 1978, pagar, entre juros e a própria dívida, uma prestação de aproximadamente 7,5 bilhões de dólares. Ora, o Brasil exportará em 1978 aproximadamente 12 bilhões de dólares; isto significa que mais da metade do que o Brasil ganha com o que vende para os outros países será usado para pagar a prestação de suas dívidas. Imagine você na mesma situação, tendo de pagar uma prestação maior que a metade do seu salário, e tendo ainda que sustentar a família. O Brasil, com o dinheiro de suas exportações, não “sustenta a família”, mas faz uma coisa semelhante: importa bens para a indústria (matérias-primas, máquinas), para a agricultura (fertilizantes), para os transportes (petróleo) e para a alimentação (trigo).

É claro, portanto, que o Brasil não pode reduzir suas importações, para pagar a dívida e os juros. A solução é fazer mais

dívidas, e formar novos empréstimos para pagar as dívidas velhas. É o que o Brasil está fazendo. Mas não é uma situação muito cômoda. Pelo contrário, é perigosa. No momento, os nossos credores lá fora – os grandes bancos estrangeiros – estão querendo nos fazer novos empréstimos e ganhar mais juros. Mas se ocorrer uma crise qualquer, se eles perdem a confiança, o Brasil ficará em uma situação difícil. Além disso, temos de tomar cuidado com tudo o que fazemos, temos de agir como devedores bem comportados. Senão eles nos cortam o crédito. Isto significa que ficamos dependendo dos nossos credores porque devemos tanto. Por exemplo, se tomarmos algumas medidas que prejudicam as empresas multinacionais, as empresas estrangeiras, pode tornar-se difícil obter novos créditos. Nossa independência fica, portanto, muito relativa.

Vejam agora o segundo ponto. Já está claro que essa dívida é perigosa, que nos deixa nas mãos dos nossos credores. Mas se empregamos bem o dinheiro que tomamos emprestado, a coisa não será tão ruim assim. Vamos ver.

Para responder a essa questão é preciso ver quais são as coisas que nós importamos com o dinheiro tomado emprestado. E a primeira impressão é a de que empregamos razoavelmente bem o dinheiro que deu origem à dívida. É verdade que importamos alguns bens de consumo de luxo, completamente desnecessários, como automóveis Mercedes-Benz, bebidas estrangeiras caras. Mas não é muito. A maioria de nossas importações é constituída de máquinas, matérias-primas e petróleo.

Mas não podemos parar aí. É preciso saber para que fazemos essas importações. Para melhorar o padrão de vida dos trabalhadores? Para aumentar seus salários? De jeito nenhum. Uma parte pequena das importações tem essa finalidade. São as importações realmente essenciais. Não foram essas importações, entretanto, que provocaram a dívida externa. Se o Brasil importasse exclusivamente mercadorias essenciais, ou seja, bens que melhorem o padrão de vida dos trabalhadores, jamais teríamos uma dívida tão grande.

As importações são feitas principalmente para que seja possível produzir no Brasil os bens de consumo de luxo que só os ricos e os de classe média podem comprar: automóveis, televisores em cores, geladeiras, máquinas de lavar roupa, aparelhos de alta-fidelidade, revistas cheias de cores, tecidos com matéria-prima importada, edifícios e residências cheias de alumínio e material sintético, estradas e avenidas asfaltadas em quantidade

para os automóveis circularem. Esses produtos só podem ser produzidos no Brasil se forem compradas no exterior máquinas e matérias-primas, se forem pagas patentes e lucros para as empresas multinacionais. E foi comprando esses bens que o Brasil se endividou.

Não se pode dizer que tenha sido uma dívida improdutiva, que tenha sido puro desperdício. Para os ricos essa dívida foi e continua sendo muito útil. É uma das bases do chamado “modelo brasileiro”. É uma forma de manter as enormes desigualdades neste país. Mas para os trabalhadores, para o povo, essa dívida é quase só prejuízo. Os trabalhadores não se beneficiaram com ela, como seus salários de fome e estagnados comprovam, mas são eles que vão ter de pagá-la. Pagá-la com seu trabalho, com seu esforço. Porque são os trabalhadores os únicos que produzem riqueza.

Em uma sociedade capitalista como a brasileira, esta é a regra: os trabalhadores produzem as riquezas mas não se beneficiam dela. No caso da dívida externa, essa situação fica muito clara. Os trabalhadores não se beneficiaram com a dívida, com os bens importados que nos tornaram endividados. Mas, daqui para frente, muitas mercadorias que poderiam ser consumidas internamente pelos trabalhadores vão ter de ser exportadas para pagar a dívida. Ou, pelo menos, para não deixá-la crescer. E isto por muitos e muitos anos.

A dívida externa pesa, portanto, sobre o povo brasileiro, pesa sobre os verdadeiros produtores de riqueza que são os trabalhadores, sem tê-los beneficiado. Aquilo que foi importado e transformado em bens de consumo de luxo é total desperdício. Tanto é desperdício para os trabalhadores suportar um Mercedes-Benz ou um aparelho de alta-fidelidade quanto importar os bens intermediários e as matérias-primas para produzi-los dentro do Brasil.

Entretanto, uma parte do que já foi gasta em importações e transformado em dívida externa ainda pode ser recuperada. Quando o material e as máquinas importadas serviram para construir fábricas, realizar investimentos, é preciso saber se é possível mudar a produção dessas fábricas de bens de luxo para bens de consumo dos trabalhadores.

Muitas vezes isto será possível. Mas é claro que, se aumentarmos a produção de bens de consumo dos trabalhadores, devemos também aumentar seus salários para que eles possam comprar os bens produzidos. Já vimos em muitos artigos do

Grupo Economia e Povo que isto é perfeitamente possível do ponto de vista econômico, como é possível importar menos mercadorias desnecessárias para os trabalhadores e reduzir nossas dívidas no estrangeiro. Mas para isso é preciso mudar o tal “modelo de desenvolvimento” do governo. E isto só será possível se os trabalhadores, organizando-se, aumentarem seu poder político. A dívida externa brasileira é fruto desse “modelo”, dessa forma de organizar a produção e concentrar a renda que só beneficia os ricos. Para acabar com a dívida é preciso também acabar com o “modelo”. (*O São Paulo*, 19/07)

## A tecnoburocracia e o ciclo

A lei de salários que acaba de ser aprovada por decurso de prazo é mais um sinal da perda de poder e das crescentes dificuldades econômicas por que vem passando a classe média empregada ou a tecnoburocracia, desde que, em meados dos anos 70, a sociedade brasileira entrou quase simultaneamente em um processo de desaceleração econômica e de crise política. É enganoso, entretanto, imaginar que este é um movimento de longo prazo. É bem provável que em um futuro não muito longínquo a tecnoburocracia volte a assumir um papel decisivo na sociedade brasileira. E serão possivelmente outras frações dessa classe que passarão a assumir, juntamente com a burguesia, o papel de classes dirigentes.

Temos duas classes dominantes no Brasil. A burguesia (alta burguesia e média burguesia ou classe média proprietária) é a classe dominante principal, mas, ao seu lado, ora em conflito, geralmente em cooperação, surge a tecnoburocracia ou classe média empregada, cujo papel, não apenas nos aparelhos repressivos e ideológicos da sociedade, mas também nos aparelhos produtivos (empresas públicas e privadas), é essencial.

Desde 1975, quando a burguesia, diante da desaceleração econômica e da derrota do governo nas eleições de 1974, iniciou uma campanha contra a estatização, na verdade ela estava rompendo provisoriamente sua aliança com a tecnoburocracia estatal civil e militar. A fração da tecnoburocracia no poder falhara em sua tarefa de administradora da política econômica e social, e a classe dominante burguesa, diante desse fato, desenvolveu um projeto político para reassumir mais diretamente o poder político. A campanha contra a estatização e depois o engajamento no projeto de redemocratização foram capítulos desse projeto burguês.

A burguesia não obteve pleno êxito em sua estratégia. A fração tecnoburocrática no poder cedeu, abriu espaço para a burguesia e secundariamente para os trabalhadores, interrompeu relativamente o processo de concentração de renda, manteve o comando do processo de abertura política limitada. Mas todas essas “concessões”, que na verdade foram vitórias da burguesia e/ou dos trabalhadores, não impediram a perda de legitimidade (apoio da sociedade civil) e, portanto, a perda de grande parte do poder real. Conservou, entretanto, o poder oficial, formal, graças, de um lado, a uma série de manobras autoritárias no plano eleitoral (Lei Falcão, senadores biônicos) e, de outro, devido ao medo ou à hesitação da burguesia em romper definitivamente com essa fração da tecnoburocracia no poder.

A perda de poder da tecnoburocracia, entretanto, não ocorreu apenas a nível de cúpula governamental. A classe média empregada, de um lado, sofria a pressão política da burguesia e, de outro, sofria a pressão econômica da desaceleração. Durante o “milagre” a tecnoburocracia foi considerada por muitos a principal responsável pelas extraordinárias taxas de crescimento logradas entre 1967 e 1974. Além disso, foi, juntamente com a burguesia, sua grande beneficiária. Nesse período não só o número de postos tecnoburocráticos aumentou de forma extraordinária nas empresas e instituições públicas e privadas, mas também, devido ao aumento da procura, aumentaram extraordinariamente os salários dos tecnoburocratas. O leque salarial ampliou-se nesse período de forma dramática. Enquanto os salários mais baixos não pararam de ser reduzidos, os altos ordenados aumentaram em termos reais cada ano.

Esse processo de abertura do leque salarial termina em 1975, quando a desaceleração econômica coincide, inclusive, com o aumento da oferta de formandos pelas escolas superiores de todo o País. Termina também no momento em que o poder político da tecnoburocracia passa a ser desafiado pela burguesia. Com a redução da procura por administradores e técnicos, diretamente relacionada com a diminuição na taxa de acumulação de capital, e o aumento vegetativo da oferta, o desemprego começa a se tornar um problema cada vez mais grave para a classe média empregada. Os salários reais dos novos admitidos começam a baixar. A emenda à lei salarial determinando reajustes consideravelmente inferiores à taxa de inflação para os ordenados altos e deixando submetidos à livre negociação os ordenados mais altos não é mais do que o reconhecimento oficial dessa situação.

Nesse momento torna-se patente a fraqueza ideológica (e política) da tecnoburocracia. Na medida em que se recusa a reconhecer sua condição de classe, ela tem dificuldade de defender seus interesses eventualmente legítimos. Diante da ofensiva política da burguesia, ela recua em todas as linhas, faz juras desnecessárias de fidelidade à classe dominante. Diante da ameaça econômica representada pelo desemprego e pela redução dos ordenados, ela se mantém impotente. Mas isso não significa que sua perda de posição e poder continuará indefinidamente. Pelo contrário, é bem possível que uma reversão esteja a vista, primeiro no plano político, depois no econômico.

Nossa hipótese mais geral para explicar o que vem ocorrendo com a tecnoburocracia é a de que suas relações de cooperação e conflito com a burguesia, nos quadros do capitalismo tecnoburocrático contemporâneo, são cíclicas, acompanhando os movimentos mais gerais do ciclo econômico capitalista.

No capitalismo tecnoburocrático, ou capitalismo monopolista de Estado, o ciclo econômico capitalista naturalmente não desapareceu mas assumiu um caráter político fundamental, na medida em que o Estado, através dos tecnoburocratas encarregados de executar a política econômica de curto prazo e planejamento econômico de longo prazo, procura controlá-lo. O mercado, em face dos grandes oligopólios privados e dos monopólios estatais, deixou de ter condições mínimas de controlar automaticamente o sistema econômico. Nesses termos, quando a economia entra em fase de prosperidade, o poder dos tecnoburocratas aumenta de forma decisiva. Eles são transformados, devida e indevidamente, nos novos heróis do sistema. Mas a administração da prosperidade, o favorecimento, sob todas as formas, de acumulação de capital e a expansão da organização burocrática produzem distorções. Quando se desencadeia a crise, a burguesia, favorecida, deixa-se tutelar, acorda, pretende reassumir o poder, eventualmente devolver ao mercado a solução da crise. Os tecnoburocratas são transformados nos vilões do sistema.

Depois de algum tempo, entretanto, a burguesia percebe que ela própria não tem condições de administrar a crise, e que deixar a solução para o mercado, para a recessão, se não é uma estratégia suicida, é pelo menos irracional. Não lhe resta outra alternativa senão chamar de novo a tecnoburocracia para ajudá-la a administrar a crise e estabelecer as bases para uma nova expansão.

Na França, a relação entre a prosperidade e o aumento de poder da tecnoburocracia, a recessão e a perda de poder pode ser observada muito claramente desde que a formação social assumiu o caráter de capitalismo monopolista de Estado. O período gaullista, entre 1958 e 1969, foi de grande prosperidade econômica e de extraordinário crescimento do poder tecnoburocrático. Desde então e principalmente desde 1973, a economia francesa entrou em recessão e a tecnoburocracia em desgraça. É provável que em outras sociedades caracterizadas pelo capitalismo tecnoburocrático essa relação possa ser observada.

No Brasil esse fenômeno cíclico já ocorreu anteriormente a 1964. A tecnoburocracia apareceu pela primeira vez de forma significativa na história do País no primeiro governo Vargas, e foi alijada do poder com a redemocratização em 1945. Reassumiu importância no segundo governo Vargas e no governo Kubitschek, quando a economia se expandiu fortemente, para entrar em crise em seguida, juntamente com a recessão econômica, e afinal ser substituída por uma nova fração da tecnoburocracia em 1964.

A fração da tecnoburocracia que assumiu o poder em 1964 viu sua força crescer extraordinariamente, sobretudo a partir do "milagre". Só entrou em crise com o esgotamento do ciclo expansivo, em 1974. Desde então revela-se incapaz de resolver a crise; a política econômica tornou-se endógena, fruto contraditório das pressões da sociedade; o Estado, administrado por um governo sem legitimidade, paralisou-se. Provavelmente não restará à burguesia outra alternativa para evitar uma convulsão social senão chamar outras frações da tecnoburocracia, com maior legitimidade política e novas propostas de política econômica. Se no plano político a alternativa para a burguesia é a redemocratização e a Assembléia Constituinte, que permitam o estabelecimento de um novo pacto social no País, no plano econômico a alternativa é repensar toda a política econômica e social, apoiada não apenas nos setores majoritários da classe trabalhadora sobre os quais mantém hegemonia ideológica, mas também em novas frações mais inovadoras e legítimas porque mais representativas da tecnoburocracia. (30/11)